

Análise Sobre a Gestão de Segurança do Trabalho em uma Instituição de Ensino de Caxias do Sul

**Daiane Velho Abreu, Angela Petroli, Thais Zimmermann Suzin,
Zaida Cristiane dos Reis**

RESUMO

A pesquisa discorre sobre os riscos no ambiente de trabalho escolar, tendo como objetivo apresentar contribuições para que o gestor educacional possa implantar um plano de gestão da Saúde e Segurança do Trabalho (SST) na Instituição. O ambiente laboral e a saúde possuem uma estreita relação que deve ser analisada no contexto em que a atividade é realizada, o que requer a compreensão de múltiplos fatores que envolvem o adoecimento dos profissionais em educação. O trabalho docente é complexo, podendo desencadear diversas enfermidades: transtornos mentais e comportamentais, doenças musculoesqueléticas, distúrbios vocais, entre outros. Portanto, é importante tornar o ambiente de trabalho um local saudável. Uma entrevista semiestruturada foi realizada com o diretor de uma Instituição de Ensino a fim de analisar o cenário da SST. Percebeu-se que apesar de seguir as normativas, a Instituição não possui plano de gestão. Os resultados da pesquisa quantitativa descritiva realizada, através de uma *survey*, aos trabalhadores dessa mesma Instituição, permitiu constatar que os trabalhadores estão conscientes da importância que o plano de SST traz para o cotidiano. Identificou-se, também, que o conceito de SST em ambientes de ensino é relativamente recente, enfatizando a necessidade da implementação de um plano de SST em instituições escolares.

Palavras-chave: Saúde. Segurança. Escola. Ensino. Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Além de um excelente projeto pedagógico e uma boa infraestrutura física nas instituições de ensino, é extremamente importante garantir a segurança e saúde daqueles que compõem este ambiente: estudantes, professores e todos os demais profissionais que trabalham no local (CHAGAS; SALIM; CERVO, 2012). Estudos anteriores relataram que mais da metade dos professores já se afastaram em algum momento por problemas de saúde relacionados ou acentuados pelo trabalho, refletindo diretamente na metodologia de ensino e aprendizagem (ARAÚJO, 2019; GASPARINI, BARRETO e ASSUNÇÃO, 2005; TEIXEIRA, 2018; VENÂNCIO, 2014). Assim, as condições de segurança e saúde nas escolas merecem atenção especial por parte dos profissionais que fazem o planejamento escolar, incluindo os assuntos na pauta e criando ações de prevenção.

Segundo Rossete (2015), o estudo da segurança do trabalho é o entendimento de que, em toda atividade, existe um conflito entre duas forças opostas: a) os fatores de riscos – provocando acidentes e doenças e b) a função da segurança – atuando para prevenir, evitar ou minimizar os efeitos dos fatores de risco. Assim, não há uma causa única para a ocorrência de acidentes, nem uma forma única de prevenção. As instituições de ensino possuem um ambiente de trabalho dinâmico, portanto deve-se observar o todo e garantir a segurança de todos que frequentam este ambiente.

Quanto mais cuidados com a saúde e a segurança do trabalho, menor a probabilidade da ocorrência de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho (CHAGAS; SALIM; CERVO, 2012). Ao cuidar dos trabalhadores, a Instituição se beneficia de diversas formas: desde a menor ausência do trabalhador e maior produtividade do mesmo até uma melhor imagem da

Instituição.

Ao investir em Segurança do Trabalho, cumprindo as normas regulamentadoras estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, a organização demonstra responsabilidade e cuidado com seus empregados. De acordo com Barbosa Filho (2018), a não compreensão do relacionamento entre as condições de trabalho para a satisfação e a manutenção da saúde dos trabalhadores e do meio ambiente, sem dúvida, pode gerar perdas maiores que os investimentos requeridos para adequar o local de trabalho a padrões mínimos de conforto e segurança. Ou seja, a segurança do trabalho atinge seu intuito quando beneficia a ambos os lados, com um ambiente agradável que não traga prejuízos de qualidade de vida aos empregados, nem prejuízos financeiros e de qualidade no ensino aos empregadores.

As normas que se referem à saúde, higiene e segurança transcendem o contrato individual, pois protegem a coletividade. A proteção do meio ambiente de trabalho influencia diretamente a saúde do trabalhador (DUARTE, 2018). A eliminação dos riscos do ambiente de trabalho reduz a ocorrência de acidentes envolvendo os trabalhadores ou a imagem da Instituição, garantindo a credibilidade corporativa e demonstrando sua responsabilidade social.

Para Carvalho (2016), um ambiente seguro deve existir no local como suporte para as pessoas trabalharem com segurança. O investimento em segurança do trabalho realizado pelas organizações preserva a saúde e a integridade física do trabalhador. Independentemente do porte da organização, este assunto merece destaque na rotina de qualquer empresa visando a responsabilidade social e a preocupação com o bem-estar dos funcionários. A administração se envolve com todas as áreas da organização, não sendo diferente com a segurança do trabalho, pois é uma área fundamental para a manutenção da produtividade sadia da empresa.

Diante desse cenário, e tendo como motivação despertar o interesse do próprio trabalhador à preservação da vida e apresentar para as Instituições educacionais os benefícios que a implementação de uma gestão eficaz pode proporcionar a longo prazo, é demonstrada a importância do estudo, que tem como objetivo apresentar contribuições para que o gestor educacional possa implantar ou aprimorar o plano de gestão da saúde e segurança do trabalho (SST).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na segurança e saúde ocupacional relacionada ao mundo do trabalho, percebe-se pouca interação com a realidade escolar. No entanto, nota-se que o desafio de promover a segurança e a saúde dos trabalhadores precisa ganhar novas dimensões (CHAGAS; SALIM; CERVO, 2012). A escola é um ambiente de trabalho dinâmico e, conseqüentemente, os riscos à segurança diferem-se de uma indústria ou de uma obra. A segurança do trabalho no ambiente escolar deve abranger todos os aspectos relacionados ao ambiente, ao trabalho docente e à segurança dos alunos.

A seguir iremos fundamentar teoricamente os elementos relativos à saúde ocupacional, aos fatores ergonômicos, aos acidentes propensos a ocorrer no ambiente educacional e ao plano de gestão da saúde e segurança ocupacional, aspectos esses que irão embasar a pesquisa em questão.

2.1 SAÚDE OCUPACIONAL E FATORES ERGONÔMICOS

Todas as instituições e empregadores, que admitam trabalhadores como empregados, possuem obrigatoriedade de elaboração e implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) através da NR nº 07, para promover e preservar a saúde de todos seus trabalhadores (VELOSO, 2021). O PCMSO deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, além da constatação da

existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.

A saúde ocupacional surgiu da necessidade de criar uma área da saúde específica para cuidar do bem-estar, saúde e qualidade de vida dos empregados no ambiente de trabalho e é fiscalizada pelo Ministério do Trabalho. Assim, a empresa que investe na saúde ocupacional está investindo na promoção de bem-estar, tanto físico quanto emocional, dos seus empregados, além de oferecer um local mais propício a um bom desempenho das funções no trabalho (TEIXEIRA, 2016). Além disso, ao investir em saúde ocupacional a empresa mostra aos seus empregados que ela se preocupa com eles.

Uma pesquisa realizada pela Nova Escola aponta que os problemas que aparecem com maior frequência entre os trabalhadores do setor de educação são: a) a ansiedade, que afeta 68 % dos educadores; b) o estresse e as dores de cabeça (63 %); c) a insônia (39 %); d) as dores nos membros (38 %); e e) os problemas de origem vocal (17,7 %), além de que 28 % dos trabalhadores afirmaram que sofrem ou já sofreram algum grau de depressão (TEIXEIRA, 2018).

Os professores são o grupo profissional que mais apresenta alterações vocais, esses profissionais são geralmente mais afetados pela disfonia, distúrbio vocal caracterizado por dificuldade ou alteração na emissão vocal que impede a produção natural da voz, condicionando a comunicação oral. De acordo com Ferreira (2014), a disfonia se dá por meio de uma série de alterações, tais como: esforço para emitir a voz, cansaço ao falar, dificuldade em manter a voz, rouquidão, variação na frequência habitual da voz falta de volume e projeção, pouca resistência ao falar e perda da eficiência vocal.

Além dos quadros de saúde vocal e mental, os fatores ergonômicos são outro motivo de adoecimento de professores. A palavra Ergonomia tem origem na junção das palavras gregas “*ergon*” (trabalho) e “*nomos*” (leis, preceitos). Segundo Corrêa (2015), a ergonomia é a ciência do trabalho, tendo como um de seus objetivos tornar o ambiente de trabalho mais seguro, saudável, confortável e eficiente, para isso se faz necessária a otimização da eficiência e de redução da monotonia, do estresse, de erros e acidentes, promovendo a segurança do ambiente de trabalho alinhada à produção. Não é possível manter a produção de uma empresa, ou o desempenho satisfatório em uma escola, quando ocorrem diversos afastamentos por lesões ou desconfortos.

De acordo com Weber (2018), a ergonomia pode fazer parte de todo o processo, desde o projeto de um produto, até a verificação de produtos ou formas de trabalhar já existentes, propondo adequações. As soluções, na grande maioria das vezes, são complexas e exigem diversas tentativas ou análises, não existindo respostas prontas.

O ambiente escolar é o local de trabalho de diversos profissionais, além de ser o local onde os alunos desenvolvem a função de aprendizado, necessitando de condições favoráveis para um rendimento satisfatório. Proporcionar condições favoráveis ao desempenho profissional e acadêmico gera conforto e evita possíveis doenças relacionadas ao ambiente laboral (ARAÚJO, 2019).

Alguns aspectos da ergonomia nas escolas que podem interferir no rendimento satisfatório dos alunos e professores são: a) ruídos acima de 90 decibéis (dB), os quais dificultam a comunicação e tendem a prejudicar as tarefas que exigem concentração mental (CORRÊA, 2015); b) iluminação inadequada, a qual pode causar dor de cabeça, problemas de visão, dificuldade de enxergar o quadro, etc.; c) mobiliário inadequado, o qual pode causar dores e desconforto, interferindo negativamente na atenção e retenção de informações (GRANDJEAN, 1998); e d) mobiliário não ergonômico, ou seja, móveis que não levam em consideração as medidas antropométricas das diferentes idades, os quais podem prejudicar o desenvolvimento das atividades.

Os problemas ergonômicos, de ordem musculoesquelética são os principais motivos de adoecimento dos professores. As LER (lesões por esforços repetitivos) e DORT (distúrbios

osteomusculares relacionados ao trabalho), ligados aos problemas de postura, estresse e trabalho excessivo, podem ser caracterizados por: tendinite, bursite e outras doenças do gênero (CARDOSO, 2019).

O trabalho por tempo prolongado, em pé, gera sobrecarga na coluna e fadiga na musculatura. Mesmo sentado em seu escritório/sala para preparar as aulas, o uso inadequado do computador na escola (falta de apoio para os punhos, monitor fora do nível da vista, cadeira sem regulagem de altura, reflexos etc.) pode causar problemas de natureza ergonômica.

O trabalho do professor também é caracterizado pela correção de centenas de provas e trabalhos escolares. Não é raro vê-lo pelos corredores, carregados de livros e papéis. É aconselhável que ele conduza esse material escolar em mochilas e não nas mãos e braços, para evitar problemas na coluna (CARDOSO, 2019; WEBER, 2018).

Outro problema de má postura em sala de aula é o hábito de escrever no quadro em ângulo superior a 90 graus. Neste caso, pode-se usar um quadro móvel ou uma plataforma de madeira para elevar o professor. Em vez de escrever no quadro todo o conteúdo da aula, ditar ou fornecer um resumo impresso da matéria aos alunos pode ser uma alternativa menos desgastante. O uso de material de apoio como apresentações de slides e vídeos, também são indicados (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).

2.2 ACIDENTES PROPENSOS A OCORRER NO AMBIENTE ESCOLAR

O ambiente de trabalho é o campo de estudo da higiene ocupacional, a qual atua através da antecipação, avaliação, reconhecimento e controle dos riscos. Os locais de trabalho apresentam inúmeras situações de risco que podem expor o trabalhador à acidentes. Uma análise de risco das tarefas e nos processos produtivos pode tornar o ambiente laboral mais seguro.

Segundo NETO (2014), o Programa de Prevenção a Riscos Ambientais – PPRA é parte integrante do conjunto mais amplo das iniciativas da empresa no campo da preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais Normas Regulamentadoras. O objetivo, de maneira primordial, está em preservar especificamente o ambiente onde estão os trabalhadores. Além disso, de forma indireta, proteger o meio ambiente de forma geral, através do controle das emissões. Em outras palavras, pode-se dizer que o PPRA deve conter as medidas coletivas e individuais de controle de agentes de risco.

De acordo com BRASIL (1991), acidente típico refere-se ao acidente do trabalho que ocorre pelo exercício do mesmo ou a serviço do empregador, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Quando se trata de segurança e prevenção de acidentes deve-se levar em consideração que o ambiente escolar deve estar seguro para os profissionais e alunos que passam a maior parte do seu dia nesta Instituição.

De acordo com Venâncio (2014), durante a infância e a adolescência adquire-se atitudes e comportamentos que perduram pela vida toda. A escola proporciona oportunidades e o espaço ideal para estimular a adoção de comportamentos favoráveis a uma melhor condição de saúde e bem-estar. Venâncio (2014) diz que para prevenir acidentes no ambiente escolar deve-se suscitar em toda a comunidade educativa a cultura de segurança e tornar a instituição de ensino um local seguro e saudável. A escola, ao conceber-se como um local saudável e de proteção, promove a adesão de comportamentos positivos em relação à saúde e à segurança.

Acidente é entendido como um evento não intencional e evitável, causador de lesões físicas e ou emocionais no âmbito doméstico ou nos ambientes sociais, como do trabalho, da escola, do trânsito e do esporte e lazer (BRASIL, 2001).

A ONG Criança Segura (2018) alerta os principais pontos que devem ser observados a fim de verificar se a instituição de ensino está preparada para evitar acidentes com crianças e adolescentes nas dependências da escola. Tais pontos abrangem aspectos da estrutura física e mobiliário da escola (internos e externos), incluindo a manutenção dos mesmos.

Os momentos de recreação, que incluem brincadeiras e atividades físicas, presentes no ambiente escolar, colocam alunos e professores suscetíveis a acidentes. Segundo Liberal et al. (2005), as crianças e adolescentes representam o grupo mais vulnerável aos agravos determinados pelas doenças de etiologia comportamental, destacando-se os acidentes e as violências.

Orienta-se através do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) a necessidade do cuidado com o menor. As principais causas de morte em crianças e adolescentes, no que se refere aos fatores externos que abrangem as causas acidentais e intencionais, representaram os maiores índices de mortalidade durante a idade escolar, isto é, a partir dos cinco anos de idade. Derivam-se das causas acidentais as ocorrências de trânsito, quedas, afogamentos, queimaduras e intoxicações. Já as causas intencionais são configuradas por agressões e lesões autoprovocadas (LIBERAL, 2005).

O trauma é a principal causa de morte em crianças e adultos jovens e um dos maiores problemas de saúde pública mundial. Quando há sobrevivência, as sequelas, temporárias ou permanentes, tem um índice elevado (FREITAS, 2016). A ONG Criança Segura monitora regularmente os dados relacionados a acidentes com crianças que acontecem no Brasil, utilizando a plataforma de dados do Ministério da Saúde, o DATASUS. Após a coleta e tabulação das informações, a ONG disponibiliza o conteúdo de forma acessível, facilitando a compreensão do cenário nacional.

As crianças dessa faixa etária são capazes de aprender noções de segurança, porém são influenciáveis e possuem pouca habilidade de julgamento crítico para reconhecer riscos. Dessa forma, colocam-se em situações muitas vezes perigosas (WAKSMAN; GIKAS; BLANK, 2014).

De acordo com Waksman, Gikas e Blank (2014), as causas externas como acidentes de trânsito, principalmente o atropelamento, são as principais causas de morte por acidente e as quedas são o primeiro motivo de internação por causa acidental. A maioria delas de características evitáveis, o que aumenta a responsabilidade da Instituição de Ensino.

Waksman, Gikas e Blank (2014) defendem que quanto mais tempo as crianças e adolescentes passam na escola, maior é a importância desta como um ambiente de proteção. Além disso, o ambiente escolar oferece excelentes oportunidades para abordar a própria segurança e aprender sobre a prevenção de acidentes, promovendo, assim, a conscientização acerca da saúde e segurança.

2.3 PLANO DE GESTÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Toda organização é responsável pela saúde e segurança de seus trabalhadores e outros que podem ser afetados por suas atividades. A norma ISO 45001:2018 atesta que adotar um sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional auxilia a Instituição a viabilizar ambientes seguros e saudáveis, de forma a impedir a ocorrência de lesões e problemas de saúde relacionados ao trabalho (LU; PAVANELLI, 2019).

O propósito do sistema de gestão está em analisar, programar, viabilizar e monitorar um conjunto de ações eficazes, proporcionando a qualidade das atividades, a completude do meio ambiente e a segurança ocupacional dos envolvidos nos processos (SANTOS JUNIOR, 2018). A diretoria da empresa deve participar, estabelecendo prioridades e oferecendo autonomia aos demais membros da equipe de gerência, sempre buscando prevenir acidentes e doenças ocupacionais.

De acordo com a norma ISO 45001:2018 o sistema de gestão da saúde e segurança do trabalho (SST) deve estabelecer, documentar, implantar, manter e melhorar continuamente o sistema, bem como disponibilizar e divulgar a política de segurança às partes interessadas (LU, 2015). Ainda segundo a ISO 45001:2018, o sistema de gestão deve possuir os seguintes requisitos:

- a) Política de SST: conjunto de normas, padrões e objetivos determinado pela instituição em relação à integridade física de seus trabalhadores, com o intuito de evitar acidentes durante a jornada de trabalho, bem como evitar que seus colaboradores desenvolvam doenças decorrentes da atividade profissional no curto, médio e longo prazo;
- b) Planejamento: processo que antecipa a mudança de circunstâncias. Segundo Santos Júnior (2018), realizar o planejamento envolve a identificação dos perigos, a avaliação de riscos e determinação de controle destes; o atendimento dos requisitos legais; e a determinação de objetivos do sistema e dos programas de segurança;
- c) Implementação e operação: estabelece os recursos, funções e responsabilidades, através de treinamentos e conscientização, além da comunicação, consultas e participações dos trabalhadores. No decorrer da implantação, também estabelece como importante a documentação, o controle de documentos, o controle operacional e, por fim, a preparação e resposta às emergências;
- d) Verificação: fase para verificar os controles operacionais, monitorar e medir o desempenho, avaliar se os requisitos legais estão sendo atendidos, investigar incidentes, não conformidades e estabelecer ações corretivas e preventivas. Nessa fase há ainda o controle de registros e auditorias internas;
- e) Análise Crítica pela Direção.

A frequência de monitoramento e medição deve ser adequada à cada organização, sendo que o sistema de gestão se baseia em critérios relevantes da SST, em normas e em comportamentos dos colaboradores. Trata-se de um método lógico e gradual de decidir o que é necessário fazer, como fazer melhor, de acompanhar os progressos no sentido dos objetivos estabelecidos, de avaliar a forma como é feito e de identificar áreas a aperfeiçoar (LU, 2015).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A natureza da pesquisa é qualitativa exploratória e quantitativa descritiva. Segundo Gil (2017), a pesquisa quantitativa procura quantificar dados, buscando comprovações fundamentadas em amostras, envolvendo alguma análise estatística. O levantamento de dados foi realizado através de informações disponíveis no site da previdência social e ministério da economia com embasamento nas referências bibliográficas disponíveis, tais como livros, artigos, teses e dissertações.

A população não probabilística utilizada na pesquisa foram os trabalhadores de uma instituição de ensino privada de Caxias do Sul-RS, composta por 75 professores, 25 monitores de alunos e 57 auxiliares da administração escolar. Primeiramente, entrevistou-se o diretor do setor em estudo, através de uma entrevista semiestruturada com questões abertas, para compreender as perspectivas e experiências do entrevistado (LAKATOS, 2017). Em uma segunda etapa, os trabalhadores da Instituição receberam um questionário a ser respondido.

A *survey*, que segundo Martins, Mello e Turrioni (2013), é um método para responder questões que expressem opiniões, costumes ou características de pessoas como suas ideias, sentimentos, saúde, planos, crenças que pode ter fundo social, educacional ou financeiro, foi aplicada aos respondentes através do *Google Forms* por links enviados por e-mail. A escala utilizada na *survey* foi baseada no questionário sobre as dimensões de segurança corporativa da ANAMT - Associação Nacional de Medicina do Trabalho de acordo com o apêndice C e adaptada pela autora para atender aos objetivos deste trabalho.

Segundo Gil (2017) o pré-teste deve verificar se o questionário atende aos requisitos de fidedignidade. Assim, a *survey* final foi aplicada somente após um pré-teste com cinco respondentes da população do estudo, bem como com a orientadora desta pesquisa, e os ajustes necessários foram efetuados.

Assim, a pesquisa foi executada em duas etapas, a primeira como forma de entrevista com roteiro semiestruturado aplicada ao diretor da Instituição e a segunda como um questionário dotado de: cinco questões de caracterização do respondente (gênero, idade, tempo de trabalho na instituição, escolaridade e renda), 46 questões a serem respondidas de acordo com o grau de concordância do respondente em uma escala *Likert* de seis pontos (não se aplica de forma alguma – aplica-se totalmente) e, ao final, uma pergunta de resposta aberta sobre sugestões e observações. Com as duas etapas foi possível fazer uma análise sobre como os funcionários enxergam as ações realizadas pela empresa que foram relatadas pelo gestor.

A entrevista com o gestor foi semiestruturada em um roteiro com questões a respeito da gestão da segurança e saúde na Instituição. Tais perguntas envolviam os investimentos, prioridades, procedimentos, frequências, etc. em relação à segurança e saúde no ambiente de trabalho, bem como a participação dos trabalhadores nesses âmbitos.

Já o questionário abordava questões a respeito de liderança e gerenciamento (9); antecipação, prevenção, detecção e controle de riscos (12); gerenciamento de acidentes e prevenção de incapacidades (15); administração e supervisão (6); e planejamento e avaliação (4).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DA ENTREVISTA

A entrevista aplicada ao gestor da Instituição obteve bons resultados, ou seja, pôde-se compreender o posicionamento e as ações da organização através dos relatos do diretor. Segundo o gestor, a Instituição busca atender a legislação ao contratar técnicos em segurança do trabalho, participar dos eventos de SST (saúde e segurança no trabalho) e ao solucionar demandas emergentes, como as mais recentes provenientes da pandemia de Coronavírus. Até o momento da contratação do técnico em segurança do trabalho a Instituição não possuía cultura de segurança. A partir daí começou-se a construir a conscientização e os processos que envolvem a gestão de segurança e saúde no trabalho. Não se observou nenhum tipo de relutância por parte dos trabalhadores em implementar as ações necessárias à gestão de SST.

Percebeu-se que as prioridades de SST na Instituição são definidas através das demandas apresentadas pelo setor de segurança do trabalho à direção. Os acidentes são reportados ao setor de Recursos Humanos, o qual é responsável por atender as ocorrências, responder a elas conforme a gravidade e investigá-las a fim de prevenir reincidências e justificá-las aos responsáveis. Também se faz necessária a investigação dos “quase-acidentes”, atividade esta que ainda precisa ser implementada na Instituição.

São feitas reuniões recorrentes para acompanhar as questões de segurança e saúde, dentre outros assuntos pertinentes à organização. As sugestões e reclamações chegam à direção através dos responsáveis pelos setores durante as reuniões, a intermediação nesses casos também fica por conta do setor de Recursos Humanos. Tais reuniões servem, inclusive, para pedir a opinião dos usuários dos EPIs (equipamentos de proteção individual) que são distribuídos de acordo com a NR 6, para que esses possam manifestar suas demandas de maneira que os equipamentos possam oferecer, além de segurança, conforto e praticidade.

A segurança do trabalho em escolas é tema relativamente novo, considerando que a primeira lei sancionada desta temática, LC 12.645, foi em maio de 2012. Tal aspecto foi claramente percebido na Instituição alvo desta pesquisa, na qual apenas recentemente, com a

contratação de um técnico em SST, começou-se a construir uma conscientização a respeito do tema e atitudes em direção à prevenção e não reincidência foram tomadas.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS ESTATÍSTICOS

O questionário distribuído aos trabalhadores da Instituição obteve baixa adesão, talvez pela extensão do mesmo e pelo curto prazo de espera para tal retorno, de apenas trinta dias. O total de respondentes válidos foi de 19 (12 % de retorno), sendo todos eles trabalhadores de uma mesma Instituição de Ensino objeto deste estudo.

A maioria dos respondentes foram mulheres (68,4 %) e tem entre 41 a 50 anos de idade (36,9 %); 33,3 % dos respondentes trabalhavam há até um ano na Instituição e 27,8% de seis a nove anos; e 52,6 % dos respondentes alegaram ter renda mensal entre R\$ 2.001,00 a 4.000,00, enquanto 31,6 % dos respondentes declararam ter renda mensal igual ou maior que R\$ 4.000,00.

Com base nos dados coletados, conclui-se que a maioria dos respondentes concorda com as afirmações elaboradas no questionário como um todo, apresentando uma média geral de concordância de 63 %.

Em relação às questões de liderança e gerenciamento, identificou-se um grau de concordância médio superior a 68 % em todas as questões, podendo chegar a até 73 %. Assim, a maioria dos respondentes: acredita que a Instituição prioriza as políticas de segurança e saúde no trabalho; alegam ter tido apoio de profissionais capacitados em relação às questões de SST; afirmam que os gestores acompanham pessoalmente o cumprimento das normas de SST; concordam que os responsáveis pela SST tem autoridade e autonomia para exercer funções na área; identificam que a gestão direciona recursos adequadamente para a área de SST; afirmam estarem satisfeitos com os treinamentos ofertados pela Instituição; entre outros.

No que tange as questões de antecipação, prevenção, detecção e controle de riscos, a maioria dos respondentes concorda que tais práticas existem na Instituição, todavia há menor concordância (média de 61 %) em relação ao item anterior (de liderança e gerenciamento). Os respondentes discordaram mais em relação às questões de análises de riscos, à investigação das causas de acidentes e incidentes e à manutenção preventiva das instalações, apresentando uma média de 31 % de discordância com tais aspectos.

Em relação às questões de gerenciamento de acidentes e prevenção de incapacidades, itens que envolvem também ergonomia, o grau de concordância médio foi de 62 %, sendo consideravelmente maior nos itens que afirmavam que a postura, ruídos, relacionamento entre colegas e entre gestão interferem no desempenho do profissional, bem como nos itens que afirmavam que a iluminação, temperatura e mobília dos ambientes eram adequadas. As maiores discordâncias dos respondentes foram em relação às questões que alegavam que os funcionários participavam das decisões e atividades relacionadas à SST, que havia readaptação de tarefas em casos de lesões, que havia apoio de profissionais capacitados em doenças de trabalho, entre outros. Nesses itens a discordância chegou a até 42 %.

Já em relação às questões de administração e supervisão, a maioria dos respondentes concorda com as afirmações a respeito de: haver atividades diversificadas; as tarefas de SST são atribuídas a pessoas ou funções específicas; a Instituição comunica claramente as atribuições de SST; o encarregado de SST possui autoridade para desempenhar função; entre outros. A média de concordância apresentada foi de 65 %.

Por fim, os itens de planejamento e avaliação apresentaram uma média de concordância de 60 %, concluindo que os respondentes em geral concordam com as afirmações de que os dados das doenças e acidentes de trabalho são devidamente analisados pela Instituição, que a instituição possui um plano de ação de SST para atingir seus objetivos, que o plano de SST é revisado anualmente, entre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 IMPLICAÇÕES GERENCIAIS

A gestão de segurança do trabalho é composta por diversos fatores, dentre eles, seguir a legislação trabalhista, antecipar-se aos acontecimentos infortúnios, gerenciar ocorrências e olhar para a qualidade de vida do trabalhado. E para que isso ocorra de forma harmônica se faz necessário que as lideranças adotem a segurança como parte de sua rotina.

O ponto de partida para um plano de gestão e segurança do trabalho é a Liderança e Gerenciamento, sendo fundamental a priorização de políticas de SST e a atribuição de autoridade aos encarregados dessa gestão. A participação de toda a equipe é imprescindível ao sucesso do plano, assim como o acompanhamento direto por parte dos gestores.

Antecipar, prevenir, detectar e controlar os riscos ambientais são atividades previstas na política de segurança e no plano de gestão. Para que isto ocorra a Instituição deve realizar uma análise efetiva dos riscos no trabalho, desta forma, sempre que ocorrer alterações nas instalações, sejam elas mudanças de layouts, substituição de materiais ou processos, deve-se realizar a análise de riscos e inspeções internas regulares.

Deve-se investigar os incidentes para descoberta de suas causas, possibilitando identificar um risco em potencial e evitar a ocorrência de um acidente grave. Da mesma forma, na ocorrência de acidentes as suas causas devem ser investigadas a fim de auxiliar na prevenção de um novo acidente.

O Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO e o Programa de Prevenção a Riscos Ambientais - PPRA devem estar estreitamente alinhados, pois juntos são os responsáveis por prevenir acidentes e incapacidades relacionadas ao trabalho. A readaptação de tarefas deve ser disponibilizada quando necessário, para que o trabalhador possa exercer suas atividades em um ambiente que não venha a agravar a lesão já existente.

Após o estudo realizado pode-se citar algumas implicações gerenciais sugeridas: (a) a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e a brigada de emergência atendem os diversos aspectos ligados à saúde e segurança do trabalhador vinculados à legislação trabalhista, sendo imprescindível sua criação e manutenção; (b) o acompanhamento de profissionais da área da saúde e segurança na aplicação dos programas de prevenção indicados pelas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho possibilita a atenção necessária ao trabalhador no dia-a-dia; (c) o treinamento inicial na integração de um novo colaborador é de suma importância para manter o plano em ação, assim como a atualização do treinamento da equipe; (d) a participação da equipe na implementação e manutenção do plano de gestão é imprescindível ao sucesso do mesmo.

6 CONCLUSÕES

A implementação dos requisitos de segurança baseado nas Normas Regulamentadoras (NR) demonstra o comprometimento e preocupação da Instituição com seus trabalhadores. Segundo Barbosa Filho (2018), investir em melhorias das condições de trabalho para adequar o local aos padrões mínimos de segurança e conforto podem evitar perdas maiores que os próprios investimentos requeridos. O investimento em um plano de gestão de segurança do trabalho na Instituição de ensino prova-se positivo.

Entre os resultados do investimento estão gastos menores com: afastamentos, possíveis indenizações por acidentes de trabalho, treinamento de funcionários substitutos, entre outros. Além disso, o investimento em SST aumenta o engajamento das equipes com a função exercida e pode contribuir na melhoria da imagem da Instituição diante do mercado. Preservar a vida humana possui grande valor e a segurança do trabalho deve estar atrelada à rotina da instituição.

Em instituições de ensino, além dos trabalhadores, existe toda uma comunidade escolar que pode estar exposta a situações de risco, podendo interferir no desenvolvimento das atividades por parte dos empregados bem como no desempenho dos alunos. Para Venâncio (2014) prevenir acidentes no ambiente escolar é fomentar em toda a comunidade educativa a cultura de segurança e tornar a instituição de ensino um local seguro e saudável. A escola, ao conceber-se como um local saudável e de proteção, promove a adesão de comportamentos positivos em relação a saúde e segurança.

Os fatores ergonômicos são predominantes quando se trata de uma instituição de ensino, não sendo possível manter a produção de uma empresa com alto rendimento quando ocorrem diversos afastamentos por lesões ou desconfortos. Corrêa (2015) cita que um dos objetivos da ergonomia é tornar o ambiente de trabalho mais seguro, saudável, confortável e eficiente, para isso há necessidades de otimização da eficiência e de redução da monotonia, do estresse, de erros e acidentes. Segundo Teixeira (2018) os trabalhadores em educação apresentam com maior frequência quadros de ansiedade, estresse, dores de cabeça e insônia, sendo imprescindível a tomada de decisões que possam reduzir ou impedir tais sintomas, doenças e patologias.

Além dos fatores ergonômicos, outros fatores podem afetar a saúde do trabalhador, como ruído e temperatura, os quais podem causar distúrbios vocais entre outras enfermidades (MORAES, 2014). Problemas de ordem musculoesquelética, problemas ligados à postura, LER (lesões por esforços repetitivos) e DORT (distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho) também podem surgir quando não se tem uma gestão eficaz de saúde e segurança no trabalho. Portanto a gestão da saúde e segurança do trabalhador é essencial para a sustentabilidade da qualidade do ambiente de trabalho e depende diretamente da participação de empregados e empregadores.

Sugere-se que, em trabalhos futuros, possa-se aplicar a presente pesquisa a um número maior de respondentes, talvez em uma instituição de maior porte, de maneira a possibilitar a análise aprofundada dos dados com técnicas estatísticas, gerando resultados com poder de generalização. Abordar escolas de diferentes segmentos, como escolas de idiomas, creches, universidades, etc. também pode gerar resultados interessantes. Além disso, a comparação dos resultados desta pesquisa com resultados posteriores, quando se espera encontrar maior adesão e consolidação das políticas de SST no ambiente escolar, pode ser proveitosa.

Por fim, compreender que a gestão da segurança é uma atividade coletiva a qual deve ser exercida e realizada, é o passo inicial para sua implementação (BARBOSA FILHO, 2018). É fundamental a adoção de uma Política Preventivista, a fim de aplicar na prática todos os conceitos aqui analisados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Maria de. **Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil:**

reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. 2019. Monografia -

Fapunifesp. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000503002. Acesso em: 30 out. 2020.

BARBOSA FILHO, Antônio Nunes. **Segurança do trabalho e gestão ambiental**. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, v. 1, 2018. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018752/cfi/6/24!/4/2/4@0:0>.

Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**. Brasília, 16 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Ministério da saúde. Portaria n. 737, de 16 de maio de 2001. **Diário Oficial da União**. Brasília, 16 de maio de 2001. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/comissao/acidentes_violencias2.htm. Acesso em: 11 out. 2020.

CARDOSO, Filipa Maria da Costa Almeida et al. **Efeito de um programa de prevenção de lesões músculo esqueléticas relacionadas com o trabalho, em colaboradores de escritório**. 2019.

CARVALHO, Antonio Vieira de. **Administração de recursos humanos**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126255>. Acesso em: 27 nov. 2020.

CHAGAS, Ana Maria de Rezende (Org.); SALIM, Celso Amorim (Org.); CERVO, Luciana Mendes Santos (Org.). **Saúde e Segurança no Trabalho no Brasil: Aspectos Institucionais, Sistemas de Informação e Indicadores**. 2. ed. São Paulo: IPEA, 2012. 391 p. Disponível em: http://biblioteca.fundacentro.gov.br/permalink/f/gm54o4/fjd_bibdig000053781. Acesso em: 7 out. 2020.

CORRÊA, Vanderlei Moraes; BOLETTI, Rosane Rosner. **Ergonomia: Fundamentos e Aplicações**. Porto Alegre: Bookman Editora, v. 1, f. 72, 2015. 144 p.

DUARTE, Renan Fernandes. **Os riscos psicossociais no trabalho e as políticas públicas de preservação da saúde mental do trabalhador**. Franca, f. 145, 2018. Dissertação (Direito) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/180559/Duarte_RF_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 5 set. 2020.

FERREIRA, Leslie Piccolotto. **Distúrbio de voz relacionado ao trabalho: práticas fonoaudiológicas**. Rio de Janeiro: Roca, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2677-1/cfi/6/2!/4/2/2@0:0>. Acesso em: 11 out. 2020.

FREITAS, Gabriela Aguida de. **Análise de indicadores de mortes e internações por acidentes na infância e adolescência desde 2001**. Criança Segura Safe Kids Brasil. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://criancasegura.org.br/wpcontent/uploads/2016/10/livreto-15-anos-v2D-2016-08-29-simples.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Avila. **O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2005. 11 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200003>. Acesso em: 5 set. 2020.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/cfi/6/2!/4/2@0:0>. Acesso em: 9 out. 2020.

GRANDJEAN, Etienne. **Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010770/cfi/6/2!/4/2@0:0>. Acesso em: 10 abr. 2021.

LIBERAL, Edson Ferreira et al. **Escola segura**. Jornal de Pediatria, v. 81, p. s155-s163, 2005.

LU, Liu Shih (Org.). **Interpretação das normas: ISO 9001/ISO 14001/OHSAS 18001**. São Paulo: Person Education Brasil, 2015. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/35524/pdf/11?code=x1XZqyHQTb4Tz3DPiVXUTIZkPWBErLB2SX84OhWv34O3X8HKQyczi+KpVtpKOMsBgTztkmVW8VdpZUHjRbKONg==>. Acesso em: 13 out. 2020.

LU, Liu Shih; PAVANELLI, Luciana (Org.). **Interpretação das normas: ISO 9001/ISO 14001/ISO 45001**. São Paulo: Person Education Brasil, 2019. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/178097/pdf/12?code=FRu1c+ppULQf8TfGN9CYBhjBBdvRCVS4VDh9Q4mY7M1uKIi+BhER9VS+dt3W/8yztLrV8ms5XqsPxpAZQT+uoQ==>. Acesso em: 13 out. 2020.

MARTINS, Roberto Antonio; MELLO, Carlos Henrique Pereira; TURRIONI, João Batista. **Guia para elaboração de monografia e TCC em engenharia de produção**. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486397/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MORAES, Márcia Vilma Gonçalvez de. **Princípios ergonômicos**. 1. ed. São Paulo: Erica, 2014. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536518060/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 20 ago. 2020.

NETO, N.W. **A importância do PPRA**. 2014. Disponível em:

<https://segurancadotrabalhonwn.com/a-importancia-do-ppra/> Acesso em: 26 de jan. 2020.

ONG CRIANÇA SEGURA. **Escola segura: verifique se a instituição está preparada para evitar acidentes. verifique se a instituição está preparada para evitar acidentes**. ONG Criança Segura: 2018. Disponível em: <https://criancasegura.org.br/aprenda-a-prevenir/porambiente/escola-segura-verifique-se-a-instituicao-esta-preparada-para-evitaracidentes-2/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

ROSSETE, Celso Augusto (Org.). **Segurança e higiene do trabalho**. São Paulo: Person, 2015. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54301/epub/0?code=sIDjfy1ARBOrLc8ODN3tVhRtOyEIXn5DLBHnrV2rwIFJnLGQfa3Zwf0GktWbxOBNm7Qn8I3/1hyLiUKxWfSRxw==>. Acesso em: 5 out. 2020.

SANTOS JUNIOR, Joubert Rodrigues dos. **Gestão e indicadores em segurança do trabalho: uma abordagem prática**. 1. ed. São Paulo: Erica, 2018.

TEIXEIRA, Jorge. **Planejamento e Gestão do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2016. Disponível em: 112

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/168099/pdf/10?code=sGRuSgWjZcjlXjNYrjxjKCF2ew38EKKhCdutYwpag9kYnBDWVVBBZ86J6WYswQ4woya6gFGaDP3YH1YsPYEA==>. Acesso em: 18 out. 2020.

TEIXEIRA, Larissa. **66% dos professores já precisaram se afastar por problemas de saúde**. Nova Escola, 2018. Disponível em:

https://novaescola.org.br/conteudo/12302/pesquisa-indica-que-66-dos-professores-ja-precisaram-se-afastar-devido-a-problemas-de-saude#_. Acesso em: 1 out. 2020.

VELOSO, Gustavo Franco. **A gestão do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional):** Reformulada a partir das exigências da Portaria SEPRT N.º 6.734/2020, que alterou a redação da NR-07. LTr Editora, 2021.

VENÂNCIO, Maria Alice varanda Duarte. **Prevalência dos acidentes em espaço escolar e percepção dos agentes educativos.** Portugal, f. 158, 2014. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Comunitária) - Instituto Politécnico de Viseu, Portugal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/2559/1/VENANCIO%2C%20Maria%20Alice%20Varanda%20Duarte%20-%20DissertMestrado.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

WAKSMAN, Renata D (Org.); GIKAS, Regina M. C (Org.); BLANK, Danilo (Org.). **Crianças e adolescentes em segurança.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2014.

WEBER, Fernando Pinheiro. **Ergonomia e conforto ambiental.** 1. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025974/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 10 out. 2020.